

# A METAMORFOSE DA ARRIBAÇÃO

## FUNDO PÚBLICO E REGULAÇÃO AUTORITÁRIA NA EXPANSÃO ECONÔMICA DO NORDESTE

Francisco de Oliveira

### 1. O processo de integração sob a "regulação autoritária"

Desde a criação da Sudene, em 1959, e mais especificamente, desde a entrada em ação dos mecanismos de dedução fiscal para investimentos no Nordeste, conhecidos anteriormente como dispositivo 34/18 e hoje como Finor, a região nordestina vem sofrendo importantíssimas transformações econômicas e sociais. A inteligibilidade desses processos é acessível nos quadros de sua progressiva integração à dinâmica da economia nacional, e por consequência, do processo de acumulação de capitais, da ação do Estado, da internacionalização produtiva e financeira, da anulação da presença política de algumas classes e setores sociais, da repressão e centralização políticas operadas pelo Estado autoritário, entre outros muitos fatores.

Um resultado talvez não esperado é, de certa forma, a desregionalização da economia regional, que se coloca como par num ambíguo processo que, do outro lado, reifica a região, já agora do ponto de vista da ação dos mecanismos financeiros que o presidem.

As transformações ocorridas não se deram numa "terra de ninguém". Há mais continuidade no Nordeste transformado que na Amazônia redefinida a partir dos grandes projetos-impacto promovidos pelo regime autoritário; mas há profundas rupturas. O todo resulta num tecido misto, em que se combinam continuidade e ruptura, isto é, a resistência de velhas estruturas nordestinas, como é o caso particularmente do campo, e as novas estruturas erguidas a partir do período em referência, como é o caso do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia. Mas uma "démarche" arqueológica resultaria vã, pois o que se encontra não são camadas consistentes que se superpõem, mas um solo misto, combinado, argamassado, cujos elementos constitutivos interagem dinamicamente. O vasto

Este texto sintetiza o relatório da pesquisa "Estruturas de Poder no Nordeste pós-Sudene", encomendada pela diretoria de Programação Global-DPG, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-Sudene, ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — Cebap. Participaram da pesquisa, além do autor do texto (coordenador), os seguintes auxiliares de pesquisa: Carlos Alberto Bello e Silva, Elson Luciano Silva Pires, Hélio Francisco Corrêa Lino e Marcelo César Gouvêa. O principal objetivo da pesquisa foi oferecer um quadro de referências atualizado para marcar as possibilidades e os limites do planejamento regional. Neste sentido, o estudo das estruturas de poder engendradas e/ou reforçadas pelas transformações econômico-sociais em curso desde a criação da Sudene passa a ser o ponto focal para avaliação daquelas possibilidades. As fontes estatísticas utilizadas na pesquisa foram publicações de órgãos públicos (BNDES, FIBGE, Sudene etc), de entidades sindicais de trabalhadores (DIEESE) ou patronais (FIESP, Febraban) e publicações econômicas especializadas (*Visão, Guia Interinvest*).

Para verificar as transformações da base econômica nordestina, procedeu-se ao levantamento das informações sobre o PIB regional, determinando sua magnitu-

setor informal, nome eufemístico para uma vastíssima ampliação do exército industrial de reserva, é novo ou velho? As duas coisas.

São dois os elementos marcantes desses processos, que os fazem alvos excepcionais para o estudo da função do fundo público no capitalismo oligopolista contemporâneo, com as especificidades do caso brasileiro. Por um lado, a atuação das empresas estatais. O que poderia levar imediatamente à derivação de que foi a ação do Estado a responsável pelas transformações. Numa repartição clássica entre público e privado, tal conclusão encontraria apoio nos fatos. Mas, trata-se de "empresas estatais" e não do Estado, embora as fontes dos recursos destas, e mais, do próprio setor privado, que financiaram o processo de acumulação sejam, inequivocamente, estatais, mas não "públicas". Aqui reside uma sutil mas notável diferença, que dá o tom a todo o processo ocorrido — e em expansão — no Nordeste, como ademais no Brasil; que marca o caráter específico desse Estado do Mal-Estar. Baseadas e alimentadas por recursos estatais, as empresas não são públicas: esta metamorfose, obra do autoritarismo e marca do "capitalismo selvagem", é a sutil diferença que separa a utilização dos fundos estatais, em casos como o do Nordeste e o do Brasil, do processo da *regulação pública*, característico do Welfare State. Os fundos são estatais, mas a lógica do desempenho das estatais é privada. No outro lado da suposta fronteira, no setor privado, a propriedade é privada, mas a argamassa, os fundos para capitalização, são estatais. Na definição de Rangeon, haveria uma privatização do público, mas não há uma publicização do privado<sup>1</sup>.

Essa ausência de uma esfera pública reproduz, no Nordeste, o vasto processo posto em marcha no Brasil desde a segunda metade dos anos 50 e levado às últimas consequências pelo Estado autoritário. Os efeitos concentracionistas da expansão econômica não são, *prima facie*, pura derivação do crescimento econômico; poderiam sê-lo no século XIX, mas não hoje. A má distribuição de renda, a aberrante estrutura de salários — ver-se-á como, no Nordeste, depois de trinta anos quase ininterruptos de crescimento econômico, 57% dos empregados recebiam até 1 salário mínimo<sup>2</sup> — são inequívocos resultados da ausência de uma esfera pública, e exatamente ao contrário do que apregoam os neoliberais, da ausência do poder regulador do Estado sobre os mecanismos do mercado; ou, especificando melhor, o público se privatiza apenas numa direção, na direção da substituição dos fundos da acumulação privada pelos estatais, mas não há contrapartida no sentido de corrigir o mercado em termos de salários, distribuição de renda etc.

Os mecanismos financeiros que presidem à expansão capitalista no Nordeste configuram o novo papel dos fundos públicos nos processos de constituição do capitalismo contemporâneo. Poderiam ser listados como estando na vanguarda, precoce, de um *capital financeiro em geral*, que se arma a partir dos fundos públicos, se concretiza e se torna capital privado na órbita da produção, se traveja na modernidade de uma nova relação capital-trabalho, irriga o bem-estar na forma dos gastos sociais pú-

de e composição e sua repercussão no emprego. O estudo do setor industrial possibilitou a análise desagregada a nível de gêneros; é o único setor da economia para o qual se procedeu a uma análise a este nível. Os capitais envolvidos nas modificações da base econômica do Nordeste foram determinados através da identificação das 1 300 maiores empresas da região, segundo o faturamento e o patrimônio. Em seguida, procurou-se determinar a articulação e o grau de concentração destes capitais, obtendo-se, desta forma, uma relação dos principais grupos econômicos que atuam na região e o impacto provocado pela sua atuação na economia regional. A determinação dos principais agentes financiadores da acumulação fez-se através do estudo do setor financeiro, das instituições públicas de financiamento e do principal incentivo fiscal aplicável à região, a saber, o Fundo de Investimentos do Nordeste — Finor.

A força de trabalho e as associações de classe foram estudadas com a intenção de perscrutar sua influência na economia e nas relações sociais da região. Desta forma, procurou-se determinar o grau de organização dos trabalhadores e empresários, os níveis de rendimentos, a participação relativa dos trabalhadores com e sem carteira assinada no mercado de trabalho etc.; os resultados obtidos sobre força de trabalho, salários, estrutura das ocupações e relações de trabalho são limitados, cingindo-se às informações das PNADs; quanto aos demais objetivos, a rigor são indicações para futuros aprofundamentos. Na ótica de privilegiar a ação concreta dos sujeitos e atores da transformação regional, procurou-se abrir uma via de investigação sobre a formação e circulação das elites empresariais, públicas, estatais e privadas. O entrelaçamento dos interesses, sua representação política, o grau de aderência entre esta e as novas estruturas de poder na região resultaram apenas sugeridos, necessitando-se, pois, de desdobramentos futuros para conhecerem-se, com maior veracidade, numa palavra, as relações entre economia e política na região.

blicos, escanteia o acaso e o aleatório dos processos da reprodução econômica e social até o limite do possível em contextos históricos determinados, e potencia, de forma inimaginável para o século XIX, a própria capacidade de expansão e renovação do sistema.

Mas, no meio desse processo, algo ocorre: a contribuição financeira do Finor (que é uma dedução do imposto de renda) às empresas toma a forma de certificados de investimento de propriedade dos investidores/dedutores (empresas e pessoas físicas). Nos leilões do Finor, os certificados são transformados em ações das empresas nas quais se fizeram aplicações. Essa transformação, a rigor, interessa apenas às próprias empresas que utilizaram o Finor, pois tais ações são inegociáveis durante quatro anos. Além disso, compõem o capital de empresas de pouca visibilidade à percepção dos investidores de Bolsas de Valores. Nestas condições, as próprias empresas beneficiadas pelo Finor recomparam suas ações (derivadas dos certificados), transformando o mercado acionário do Finor em um mercado cativo, na verdade uma ficção de mercado de capitais. A prática tem sido a de as empresas recomprarem suas próprias ações a preços que sequer atingem 10% de seu valor real<sup>3</sup>; percebe-se a intransparência do sistema e a não-publicização do privado, na medida em que o Finor pagou pelas ações um valor 10 vezes maior do que o valor de venda. Neste percurso, perde-se inteiramente o controle dos aportes públicos à formação de capital das empresas; privatizam-se os fundos públicos e não se publica o privado. Eis o Estado do Mal-Estar.

Os congressistas do Nordeste foram uma das bases mais fortes de sustentação parlamentar do Estado autoritário. Não foram os únicos, nem os principais. A ação do Estado poderia parecer, à primeira vista, uma troca entre apoio político e investimentos estatais. Mas, exatamente no núcleo da relação fundos públicos-acumulação privada, o Congresso castrado do regime autoritário não atuava, impedido de legislar sobre orçamento e de interferir nas empresas estatais.

Cabe notar que a representação parlamentar do Nordeste, eleita para os trabalhos constituintes, reafirmava uma velha tradição: é a bancada de menor índice de renovação, se comparada a estados de outras regiões. E na sua grande maioria, as raízes políticas mais importantes dos constituintes são a Arena e o PDS<sup>4</sup>. É difícil supor, neste caso, que essa velha matriz política tenha algo a ver com as modernas empresas estatais, e com a nova forma de associação entre elas e os capitais privados, nacionais e estrangeiros. Aliás, alguns dados levantados pela pesquisa-base deste artigo indicam que nas 162 empresas que têm ações negociadas em Bolsas de Valores (entre as 1.300 maiores), 2/3 dos membros das diretorias não tinham nenhuma passagem pela política institucional<sup>5</sup>. O dado não é suficiente senão para sugerir que uma nova forma de política — os "anéis burocráticos" de F.H. Cardoso — ganha preeminência sobre as velhas formas de representação ou de circulação das elites.

Mas, sem dúvida, há uma sobredeterminação superior aos processos particulares, que responde pelo todo: a existência do Estado autoritá-

(1) Rangeon, F., *L'Idéologie de l'Intérêt Général*. Paris, Economica, 1986.

(2) Vide "Estruturas de Poder no Nordeste Pós-Sudene", tabela B11 I e e Id.

(3) De acordo com Tabela G. 1, p. 141, do relatório "Avaliação dos Incentivos Fiscais Regidos pelo Decreto-Lei 1376", IPEA, 1986.

(4) Ver "Estruturas de Poder...", *op. cit.*, tabelas BII-4 a 11, elaboradas a partir dos dados de Leônicio Martins Rodrigues, *Quem é Quem na Constituinte*, S. Paulo, OESP, 1987.

(5) Sobre altos escalões das empresas e suas relações de poder, vide "Estruturas de Poder...", *op. cit.*, tabela BII - 3.

rio. É ela que desenha os perfis da mescla estatal-privado, eliminando o público, justamente pela ausência de uma esfera que, emanando do social, regularia politicamente os conflitos. É a mesma sobre-determinação presente no movimento do "capitalismo selvagem" em escala nacional. Se os movimentos das classes sociais, no caso das burguesias regionais e mesmo das burguesias nacionais e internacionais, buscando expandir-se e hegemonizar o espaço econômico regional e nacional, são causas insuficientes para explicar as formas que tomou a expansão econômica no Nordeste; se os movimentos das elites políticas no Nordeste estão claramente à margem do movimento da economia, não se podendo portanto buscar uma relação de representação entre a economia e a política que explicasse essa mescla como expressão de interesses, a existência do Estado autoritário incorpora esses interesses e essa ausência de relação numa forma especial que se torna a nova norma. A condição necessária é a eliminação das alteridades sociais e sua não transformação em alteridades políticas. A regulação autoritária é, assim, simultaneamente, uma expressão das relações de força no interior da economia sem alteridade sócio-política, e uma estatização-privatização do público. Ela não se contrapõe ao privado, como pensa o catecismo neoliberal pedindo "menos Estado" e "menos regulação"; ela elimina o público e como decorrência perverte a própria ação estatal, que perde o poder de estabelecer as diferenças entre interesses gerais e particulares. Nisto consiste o que tem sido chamado a "privatização" do Estado.

## **2. Fundo público e empresas estatais: teoria e prática da "ruptura" regional**

Uma lista sumária indica as principais vias pelas quais tomou forma a utilização dos fundos públicos na expansão econômica nordestina pós-Sudene:

- a. recursos da União aportados através das empresas estatais;
- b. incentivos fiscais concedidos pela Sudene, que incluem, ademais da própria dedução fiscal para investimentos, conhecida hoje como Fitor (antes dispositivo 34/18), isenção de imposto de renda para certas atividades após sua *implantação*; mesmo atividades econômicas pré-Sudene beneficiaram-se da isenção, quando transformadoras/utilizadoras de matéria-prima regional;
- c. isenções concedidas pelos governos estaduais e municipais (ICM e impostos sobre serviços);
- d. isenções concedidas por outros organismos de coordenação e planejamento, como o CDI-Conselho de Desenvolvimento Industrial, para casos de importação de equipamentos sem similar nacional;
- e. recursos na forma de participação acionária através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e/ou do Banco do Nordeste do Brasil (BNB);

- f. financiamentos do BNDES e do BNB, a taxas favorecidas;
- g. financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH)/Banco Mundial, para infra-estrutura industrial e saneamento.

Essa nutrida lista é a mesma para o Brasil como um todo, revelando, pois, que o padrão de financiamento/utilização de recursos públicos que preside à expansão da economia nordestina é o mesmo que foi utilizado pelo Estado autoritário para a economia nacional, levando à exaustão e aos impasses atuais de déficit e dívidas públicas interna e externa, à erosão da carga tributária bruta, à incapacidade de investimento do Estado e à inflação.

Os incentivos fiscais do tipo dedução do imposto de renda foram exclusividade do Nordeste; logo após foram estendidos à Amazônia, às atividades de turismo e reflorestamento, aos investimentos na Embraer e, através de legislação especial, ao Estado do Espírito Santo. O que explica a tendência histórica de baixa dos recursos do Finor. Vale dizer ainda, de passagem, que os empréstimos concedidos pelo BNB e pelo BNDES às empresas que investem no Nordeste são considerados, para efeitos de aferição do montante de recursos do Finor a que podem aspirar, como recursos próprios; desta "inocente" operação de ajuste e medição decorre a já mencionada desvalorização dos certificados de investimento do Finor, que dá lugar ao "mercado de capitais cativo" dos investidores do Finor.

Em 1985, os recursos financeiros via Finor e BNDES representaram 2,81% do PIB regional<sup>6</sup>, enquanto a formação bruta de capital fixo (FBCF) total alcançou em 1983 (último ano para o qual há dados disponíveis) 21,99%<sup>7</sup>. A primeira porcentagem pode parecer insignificante, mas deve-se lembrar que na FBCF se incluem *todos os investimentos*, mesmo os não diretamente produtivos, do Estado (como estradas, escolas, hospitais, portos etc). Além disso, pelas vias do Finor e do BNDES não correram fundamentalmente os investimentos das estatais produtivas, que se financiam ou autonomamente ou por empréstimos externos, ou ainda via subscrições acionárias do BNDES, que não se incluem nos empréstimos. O Finor financiou apenas 10% do capital total dos grupos estatais que atuam no Nordeste.

A face mais impactante do Finor se revela pelo lado de sua participação no capital total das 1.300 maiores empresas do Nordeste, que alcançou em 1985 a porcentagem de 35% para o setor industrial, e da ordem de 65% para o setor agropecuário<sup>8</sup>. A distribuição setorial dos recursos do Finor confirma sua importância como mecanismo financeiro da acumulação de capitais, pois são os seis gêneros industriais mais dinâmicos os que absorveram a maior parte dos recursos daquele fundo (excetuando-se as empresas estatais de serviços públicos, que se financiam diretamente junto aos Tesouros, federal e estaduais, e em parte junto ao BNH).

O sistema Finor não funciona como instrumento financeiro ao alcance de médios e pequenos capitais, senão de maneira marginal. Ele se

(6) *Idem*, p. 62.

(7) Vide *Produto e Formação Bruta de Capital — Nordeste do Brasil*, Recife, Sudene, 1987.

(8) Sobre os recursos do Finor, vide "Estruturas de Poder...", *op. cit.*, tabelas AII-3a a 3e.

revela como financiador e potenciador de uma acumulação concentrada, quase oligopolista, pois os cinquenta grupos econômicos mais importantes do Nordeste representam cerca da metade do capital total das 1.300 maiores empresas e absorveram também a metade dos recursos totais do Finor em 1985<sup>9</sup>. Se desglosadas as empresas e seus grupos por origem/propriedade dos capitais, a análise revela que os grupos estatais absorveram recursos do Finor da ordem de 10% de seus patrimônios totais (uma vez mais, com exceção da Petrobrás), enquanto as empresas e grupos de capitais privados nacionais e internacionais que mais utilizaram recursos do Finor o fizeram em escala que correspondeu à metade de seus respectivos capitais. Já as empresas e grupos de origem regional absorveram recursos do fundo que representaram cerca de 35% dos seus capitais, próximo do teto formal estabelecido pelo próprio Finor, que é de 40% dos investimentos. Essas informações mostram as empresas e grupos que mais captaram recursos do Finor como sendo os que menos desembolsaram recursos próprios: o que parece ser, simplesmente, uma lei de proporções, revela-se na verdade como "privatização" do fundo, no sentido já discutido de que o Estado perde a capacidade de distinguir entre interesses públicos e privados. O Estado é conduzido pela lógica do mercado, ao invés de procurar corrigi-lo.

O BNDES aplicou no Nordeste em 1985 o triplo dos recursos liberados pelo Finor; na divisão dos recursos do banco coube ao Nordeste apenas 20%, acima da participação da região na economia nacional, que é de cerca de 15% do PIB<sup>10</sup>. O BNDES realiza essas aplicações repassando importantes recursos aos bancos de desenvolvimento, como o Banco do Nordeste, e às carteiras de desenvolvimento dos bancos comerciais estatais dos vários estados.

O que torna particular a ação do BNDES, do BNB e dos bancos estatais federais e estaduais, não são suas aplicações, mas suas fontes de recursos. O BNDES capta principalmente fundos tipo PIS/Pasep, os quais aplica diretamente ou os repassa ao BNB e aos bancos estatais estaduais. Estes ainda se socorrem de fundos sob administração do antigo BNH, principalmente o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), de fundos administrados pelo Banco Central e de fundos internacionais, providos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial e Eximbank norte-americano. O PIS/Pasep é um fundo misto, formado por 1 % do lucro das empresas atribuído aos trabalhadores e por alíquotas da remuneração dos funcionários públicos federais, enquanto o FGTS é calculado sobre a folha de salários e atribuído a cada assalariado. Os fundos do Banco Central são de diversa natureza, não se podendo identificar claramente suas fontes, mas em todo caso dependentes do Governo Federal. E os empréstimos de instituições internacionais são avalizados pelo Governo Federal, que, assim fazendo, assume o risco de câmbio implícito na operação, quando de sua quitação.

Todas essas fontes têm em comum seu caráter altamente subsidiado, e, nos casos especiais do PIS/Pasep e FGTS, constituem uma verda-

(9) Sobre as relações entre Finor e grupos econômicos, vide *idem*, tabelas AII-3b e 3i.

(10) *Idem*, tabelas AII-3e e 3f e p. 62.

deira expropriação sobre seus proprietários nominais, os assalariados em geral e os funcionários públicos. O BNDES e o BNH remuneravam esses fundos historicamente a taxas de 3% ao ano, mais correção monetária. Ora, essas taxas não alcançam sequer a remuneração das cadernetas de poupança, que é de 6% ao ano mais correção monetária. O BNDES empresta a taxas maiores, apropriando-se da diferença entre o que paga e o que cobra, que reverte para seus próprios fundos. Este é um dos aspectos da "regulação autoritária". Os proprietários desses fundos não têm qualquer ingerência nas suas aplicações. Ademais, a ação do BNDES e dos bancos estatais de fomento, BNB e aqueles de propriedade dos governos estaduais, *não é especificamente nordestina*. Tanto a forma das aplicações quanto a natureza das fontes é um fenômeno geral na atuação do principal banco de investimento nacional em todo o país; e os bancos estaduais de estados fora da região Nordeste também atuam da mesma maneira e socorrem-se das mesmas fontes.

A soma de aplicações do Finor e do BNDES, que já se indicou, alcançou quase 3% do PIB regional em 1985, e trouxe uma qualidade nova ao processo de expansão econômica nos quadros da "regulação autoritária". Genericamente, eles são parte da crescente interação entre Estado e economia, característica do capitalismo contemporâneo, em que os fundos públicos constituem um pressuposto de processo de acumulação<sup>11</sup>. A função do fundo público nesse processo consiste, em geral, *em potencializar a acumulação para além dos limites impostos pela geração do lucro*, utilizando uma riqueza pública *que não é capital* e que, portanto, na equação geral não é remunerada. O fato de que os recursos do Finor são de custo de oportunidade igual a zero, somado à alta taxa de subsídio implícita nas aplicações dos bancos estatais, adapta-se a esse paradigma.

Funcionando como *um substituto do capital Financeiro*, os fundos públicos concretizados no Finor e nos bancos estatais cumprem vários requisitos. O primeiro deles é o de promover uma *centralização de capitais* imediatamente desligados da base produtiva, o que é clássico para o capital financeiro. De fato, as deduções fiscais desligam-se momentaneamente da base produtiva que gerou o imposto de renda, para só se ligarem outra vez à mesma no interior de cada capital em particular. A essa função própria do capital financeiro, junta-se outra que é peculiar aos fundos públicos, e que somente eles podem cumprir: *não estão sujeitos aos movimentos da taxa de lucro de qualquer setor em particular*, amarração esta que ainda preside o capital financeiro "stricto sensu". Esta última condição revelou-se absolutamente necessária para romper a inércia da economia regional anteriormente regulada pela sua própria produção de excedente: a taxa de investimento do Nordeste não dependeu de sua base produtiva, isto é, da geração de lucros interna, pois se verifica que o coeficiente de inversão regional sobre o produto é bem superior ao da economia brasileira, tendo alcançado cerca de 22% em 1983<sup>12</sup>.

A primeira razão é a já indicada: elevar o coeficiente de inversões acima da capacidade gerada pela própria economia. A segunda razão é rom-

(11) Ver Francisco de Oliveira, "O Surgimento do Antivalor", *Novos Estudos Cebrap*, Nº 22, out. 1988.

(12) Vide *Produto e Formação Bruta de Capital...*, *op. cit.*.

per com a inércia de capitais que se movimentavam em torno das taxas de lucro existentes nos vários setores da ancilar economia regional, produzindo um círculo vicioso, cuja única saída histórica foi sempre a exportação de capitais para fora da região. Esse movimento é exemplificado pelos grupos nordestinos alçados ao primeiro time dos grupos econômicos nacionais<sup>13</sup>, *enquanto suas atividades matrizes no Nordeste permaneciam atrasadas*: o grupo Othon, arcaico no açúcar e na atividade têxtil em Pernambuco, e um dos primeiros grupos hoteleiros do país; o grupo Pernambucanas, moderno na comercialização de tecidos em todo o país, e arcaico em suas atividades têxteis e agrícolas em Pernambuco e na Paraíba; os grupos baianos, do antigo Banco da Bahia, e do Econômico, arcaicos em suas atividades na Bahia — já não são mais, tendo transitado para a indústria — e entre os mais importantes bancos nacionais; o grupo João Santos, o terceiro maior produtor nacional de cimento, que finca suas raízes agrárias no Norte de Pernambuco, no mais famigerado padrão de açúcar, álcool... e cambão.

(13) Vide o *ranking* dos grupos econômicos, "Estruturas de Poder...", *op. cit.*, tabelas AII-2b e 2c.

As estatais constituem o outro importante elo na cadeia de montagem da expansão econômica regional recente, e funcionam, ao lado do Finor e do BNDES, como fundos públicos que são privatizados, como complemento na direção do movimento de capitais. Em si mesma, a participação das empresas de propriedade (ou com participação) estatal foi central na mudança da composição da base industrial da região, assumindo duas ordens de tarefas:

a. prover a infra-estrutura citadina necessária à dinâmica industrial e aos processos de urbanização;

b. prover os meios de produção de consumo generalizado na cadeia produtiva, através das *holdings* federais empenhadas em acelerar a concentração de capital nos segmentos de insumos intermediários: Petrobrás (incluindo sua subsidiária Petroquisa), Eletrobrás, Siderbrás, Telebrás, Vale do Rio Doce.

Em termos quantitativos, a presença das empresas estatais significa quase a metade (44%) do patrimônio líquido total das 1.300 maiores empresas do Nordeste<sup>14</sup>, através de duas formas de empresas:

a. empresas na área de serviços industriais de utilidade pública e em ramos mais modernos: os primeiros se referem a energia elétrica, água, esgotos, distritos industriais, e os segundos a habitação e, sobretudo, telecomunicações. São todas empresas de controle exclusivamente estatal, tanto da União como dos Estados;

b. *holdings* federais, principalmente no gênero petroquímico, mas também na mineração e na siderurgia. Estas *holdings* federais, Petrobrás (e Petroquisa), Vale do Rio Doce, Usiba, constituem a solda de articulação com capitais privados nacionais, inclusive aqueles de origem estritamente regional, e empresas internacionais. O conjunto dos investimentos estatais produtivos — excluídos, pois, os capitais empatados em empresas de água, esgoto, habitação etc. — contribuiu com 10% da FBCF em 1983 no Nordeste, ou 3% do PIB regional no mesmo ano<sup>15</sup>. Exclui-se dessa

(14) *Idem*, tabelas AI-3a e AII-2a.

(15) *Idem*, tabela BI-2e.



porcentagem a participação da Petrobrás, a maior e mais expressiva delas, cujos investimentos não são regionalizados.

As empresas exclusivamente estatais — de serviços industriais de utilidade pública e industriais propriamente ditas — sozinhas representam 35% do patrimônio total da 1.300 maiores empresas do Nordeste. E as estatais em associação com capitais privados de várias origens, os outros 9%, os quais perfazem os já referidos 44%<sup>16</sup>. Dividindo-se o total das 1.300 empresas da amostra trabalhada em empresas de propriedade de um só capital e empresas de propriedade de mais de um capital, as estatais contribuem com 70% do patrimônio total deste segundo subgrupo.

Setorialmente, o predomínio dos capitais estatais se dá nos dois maiores segmentos da economia do Nordeste — Química e Serviços Públicos —, cujas empresas respondem por 46% do patrimônio líquido total das 1.300 maiores empresas<sup>17</sup>.

A *qualidade* da função das estatais na expansão econômica recente do Nordeste é insubstituível e forma o outro par da equação cujo primeiro termo são os fundos públicos do Finor e do BNDES. Esta qualidade vai muito além de seu significado quantitativo, cuja importância foi demonstrada nos parágrafos anteriores, e pode-se dizer que, sem a somatória Finor/BNDES mais estatais, não teria ocorrido a expansão recente, nem sequer como mera decorrência *espacial* do forte crescimento nacional desde o pós-guerra.

Em primeiro lugar, as empresas estatais no Nordeste desempenham o mesmo papel que tiveram na industrialização nacional desde o segundo pós-guerra. Um papel paradigmático de proto-indústria, não no sentido de pré-indústria, mas no sentido de *prévia e pioneira*: é um desempenho afirmado quase trinta anos depois da arrancada industrial que se deu nos anos 50, com Siderúrgica Nacional, Petrobrás, Álcis, Vale do Rio Doce, em escala nacional.

As grandes *holdings* federais são *capital financeiro por excelência*, pois no seu interior elas fundem a função produtiva e a função creditícia (quase bancária). Financiadas basicamente por fundos públicos de extração fiscal, seus recursos desligam-se momentaneamente do movimento da taxa de lucro (ou de juros), e, aplicados produtivamente, perfazem uma equação inteiramente inovadora em meio ao primitivo circuito regional. Quando associadas a capitais privados, de qualquer origem e natureza, exponenciam sua qualidade de capital financeiro *sui generis*, pois os capitais que se lhes associam passam, também, a gozar da prerrogativa de escapar às determinações da taxa de lucro, em que viviam circunscritos enquanto permanecessem em suas formas originárias.

É por essa *qualidade* que estas *holdings* formam uma espécie de *argamassa de todos os capitais*, quando se associam. Ancoradas nessa especificidade, *elas orientam* o movimento de capitais: seus investimentos são altos comparativamente aos demais; são simultâneos, oferecendo uma possibilidade de complementação que, em meio ao movimento errático dos capitais privados, aparece imediatamente como a melhor das associa-

(16) Sobre empresas de capital associado, vide *idem*, tabelas AII-2b, 2d e 2e.

(17) *Idem*, tabela BI-2b.

ções; pela sua elevada composição orgânica, puxam para cima, radicalmente, a produtividade dos setores que lideram. Em síntese, na ausência de uma tendência à equalização das taxas de lucro, que dirigiria o movimento dos capitais no modelo original de Marx, são os capitais estatais que realizam uma função análoga de orientação da taxa de lucro e, por consequência, da taxa de acumulação: não pela equalização, mas pelo seu quase contrário: a des-equalização compartimentada. Esta é sua principal função teórica, tanto no movimento geral da industrialização brasileira, quanto no específico, recente, do Nordeste, recortado no interior do quadro brasileiro pela presença de fundos públicos tais como o Finor, cujo custo de oportunidade é zero.

### 3. A transformação das bases materiais da produção

A dinâmica econômica promovida pela nova armação de fundos públicos e fundos privados inscreve o Nordeste, decisivamente, no processo mais geral de acumulação de capital no país. Disso dão testemunho as inusitadas taxas de crescimento do PIB regional entre 1970 e 1983<sup>18</sup>. Neste sentido, apesar da pequena descentralização regional do PIB (Nordeste x Brasil)<sup>19</sup>, é inegável a ampla incorporação do Nordeste à lógica dos processos econômicos de âmbito nacional. O emprego nos setores da indústria e de serviços cresceu ao ponto de que a população ocupada de base urbana saltou de 37% em 1970 para 53% da população ocupada total em 1985, ainda distante da média nacional (72% em 1985). Isto se deve, sobretudo, ao "calcanhar de Aquiles" nordestino: 46% da população ocupada total ainda estava no campo em 1985, o que representa o elemento de continuidade de relações arcaicas de emprego, num conjunto em que os avanços são bem notáveis, apesar de tudo<sup>20</sup>.

No período 1970-1983, a economia nordestina cresceu, sistematicamente, acima da média nacional: 7,8% ao ano contra 6,7%, segundo os dados da FIBGE e do Grupo de Contas Regionais da Sudene<sup>21</sup>. Mais ainda: esse crescimento se deve às taxas da indústria e dos serviços, anotando-se apenas para a agropecuária uma taxa inferior à nacional. Observados os períodos curtos dentro do longo período de treze anos, o comportamento é o mesmo, notando-se, marcadamente para o subperíodo 80-83 (de crise e recessão), que a economia do Nordeste mantém um comportamento positivo, enquanto a média nacional acusou taxas negativas de crescimento industrial e total. A agropecuária, como "calcanhar de Aquiles", cresce sempre abaixo da média nacional e no período recessivo já sinalizado, que coincide com um pesado ciclo de secas no Nordeste, a agropecuária regional mostrou taxas negativas de -8,2% ao ano. Para esse comportamento em geral superior às médias nacionais contribui, sem dúvida, a forma de financiamento público já analisada, o que reafirma o caráter excepcional do financiamento público e das empresas estatais na expansão econômica nordestina. Trata-se de um caráter anticíclico *sui generis*.

(18) *Idem*, tabela AI - Id.

(19) *Idem*, tabela AI - 1a.

(20) *Idem*, tabela AI - Ig.

(21) *Idem*, tabela AI - 1d.

Do ponto de vista da origem setorial do Produto Interno Bruto regional, há uma marcada diferença entre os anos extremos do período, 1970 e 1983. A mais notável mudança se dá no peso relativo da agropecuária que, de 22%, em 1970, decresce para 13,1% do PIB em 1983. O comportamento da série longa mostra que aqui se trata de uma tendência, e não apenas de um dado conjuntural. De outro lado, os serviços, que em 1970 já compareciam com 51,5% do PIB, chegam a 59,3% em 1983. O peso da indústria muda pouco se considerado em si mesmo: 26,5% do PIB em 1970 para 27,6% em 1983<sup>22</sup>.

Essas modificações parecem de pequena monta, a julgar pelos pontos percentuais. Quando analisadas em malha fina, elas revelam mais que à primeira vista. De fato, o aumento da participação da indústria no PIB *é atenuado pelo efeito destrutivo* que a nova industrialização provoca<sup>23</sup>. O aumento da produtividade do trabalho ditado pelos novos padrões de acumulação reduziu a participação relativa da população ocupada do Nordeste em relação ao Brasil em 5,5 pontos percentuais, ao longo do período<sup>24</sup>.

Isto quer dizer que o aumento da produtividade se deu paralelamente ou movido por um poderoso movimento de concentração do capital, ao qual sucumbiram inúmeras indústrias regionais, nas quais a importância da força de trabalho na geração do produto era bem maior. E na conta do Produto Industrial o efeito líquido positivo teve que lutar contra o efeito destrutivo; de modo que, tanto ao nível do produto quanto ao nível do emprego, a aparência é de quase nenhuma modificação, o que consta, aliás, reiteradamente, das queixas regionais sobre o recente desenvolvimento. Mas é na análise ao nível desglosado dos serviços que se observa, de forma peremptória, o caráter capitalista das novas atividades e da nova dinâmica econômica. De fato, a intermediação financeira, componente dos serviços, passou de 5% do PIB em 1970 para 9,6% em 1983<sup>25</sup>. Ora, intermediação financeira nas Contas Nacionais é, sobretudo, uma medida do lucro das instituições financeiras. Ou seja, o caráter capitalista das novas atividades do Nordeste requer, como em qualquer economia, não apenas uma monetização da atividade econômica, mas é ainda fortemente exigente do ponto de vista da circulação de mercadorias *financiadas* pelo crédito bancário.

Adicione-se a isso o crescimento das rendas e salários e dos lucros industriais, e ter-se-á uma resposta parcial para um incremento da intermediação financeira, a qual se relaciona com o mercado de poupanças, um incipiente mercado de capitais e mesmo com a circulação dos recursos públicos do Finor, BNDES, Banco do Nordeste e estatais. É evidente também que o subperíodo 1980-83 é aquele no qual as taxas de juros começaram a crescer, sistematicamente, na economia brasileira, coincidindo com a chamada "crise das dívidas externa e interna", o que poderia contribuir para inflar a intermediação financeira no PIB nordestino. Entretanto, os estudos nacionais a respeito anotaram que apenas em breves períodos conjunturais a taxa de juros foi real e positiva, tendo sido, na

(22) *Idem*, tabela AI - lc.

(23) Ver Francisco de Oliveira, *Elegia para uma Religião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3 ed., 1981.

(24) De 33,0% em 1950 para 27,5% em 1985. Ver "Estruturas de Poder...", *op. cit.*, tabela AI - lc.

(25) Vide nota 7.

maior parte do longo período analisado, negativa. Essa anotação reforça a possibilidade de que o crescimento da intermediação financeira no PIB nordestino reflita, de fato, crescimento real, devido às modificações da base produtiva e em geral ao caráter assumidamente capitalista da nova dinâmica regional.

O crescimento dos serviços poderia, de outro lado, ser atribuído ao crescimento do chamado setor informal da economia. Isto é, aliás, uma constante nas análises sobre o crescimento do Nordeste, mesmo nas mais aparelhadas conceitual e estatisticamente. Impressionisticamente, a paisagem das principais cidades do Nordeste reforça essa interpretação: qualquer grande cidade do Nordeste parece-se, hoje, mais com um mercado persa do que com uma cidade ocidental. As estatísticas da PNAD reforçam essa impressão: em 1985, do total de empregados, 60,1% eram trabalhadores sem carteira assinada — o que é a melhor aproximação estatística do trabalho informal — e, destes, apenas 25% ganhavam acima de 1 salário mínimo<sup>26</sup>. Embora a paisagem das cidades-bazares seja confirmada do ponto de vista do emprego, pelas estatísticas da PNAD, o mesmo não ocorre no quadro das Contas Nacionais. Em outras palavras, o sistema de Contas Nacionais não mensura o setor informal, quase por definição, pois suas atividades são clandestinas, não do ponto de vista da visibilidade mas do ponto de vista jurídico-fiscal e econômico. No máximo, as estatísticas das Contas Nacionais conseguem registrar a produção de bens industrializados comercializados pelo setor informal, e assim mesmo de forma subestimada. Assim, pode-se afirmar que o crescimento *econômico* dos serviços, tal como aparece, captado e medido pelas Contas Nacionais, corresponde à realidade.

(26) Vide "Estruturas de Poder...", *op. cit.*, tabelas BII-1c e 1e.

#### 4. As estruturas do poder econômico na transformação da base material

A integração do Nordeste à dinâmica global da economia brasileira produziu importantes deslocamentos na estrutura da propriedade burguesa. Esses deslocamentos são verso e reverso dos mecanismos da expansão regional: de um lado, o fundo público atuando como argamassa principal dos capitais, de outro, uma mobilidade de capitais permitida apenas pela alta concentração econômica em escala nacional, vale dizer, pelo poder oligopólico dos principais grupos. O processo pode ser sintetizado como o de uma des-regionalização burguesa que se completa ou se perfaz por uma perequação da própria burguesia como classe social nacional, não apenas do ponto de vista de uma hegemonia abstrata, mas concretamente: isto é, seus capitais, seus interesses, seus investimentos, seus lucros, estão fincados hoje na equação regional, também, como formas diferenciadas de seu poder nacional.

O primeiro e notável deslocamento se dá do ponto de vista da participação da agropecuária na formação do PIB regional. A queda da pre-

sença das atividades rurais quer dizer *perda de poder econômico* por parte dos grupos proprietários agrários; a participação de 13% no PIB regional dá uma dimensão dessa perda<sup>27</sup>. Não se trata, no caso, de grupos burgueses, mas da velha forma latifúndio-minifúndio tão característica do Nordeste, e sobretudo dos grandes proprietários rurais. Essa perda não é, totalmente, transformação, metamorfose, no rumo do empresariamento das atividades rurais. Ela é mais perda mesmo, no sentido já indicado também na *Elegia* de que a integração dos mercados nacionais iria solapar as velhas produções e suas estruturas correspondentes. Daí que na amostra utilizada pelo estudo que fornece a base para este ensaio, apenas 175 empresas agropecuárias comparecem, respondendo por tão-somente 0,8% do faturamento total das 1.300 maiores empresas, em flagrante contradição com o peso da agropecuária na formação do PIB regional<sup>28</sup>.

(27) *Idem*, tabela AI - 1e.

*Eppur se muove*. A soma dos saldos dos financiamentos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural para o Nordeste mais as aplicações do Finor agropecuário já alcançava, em 1985, 52% do Produto Agropecuário regional, o que significa dizer que a reprodução do capital já se dá, crescentemente, pela via do capital-dinheiro, substituindo as formas clássicas da relação latifúndio-minifúndio.

(28) Sobre agropecuária, vide *idem*, tabelas BI-4a a 4d.

Entretanto, percebe-se o peso ainda grandemente determinante do setor agropecuário no Nordeste — se não do ponto de vista da antiga expressão do latifúndio, do poder econômico do coronelato — mas de outro ângulo: na feitura do mercado de força de trabalho, na estrutura da distribuição de renda e, o que talvez seja ainda seu grande trunfo e ao mesmo tempo o "handicap" do Nordeste, na sociabilidade geral e nas estruturas mais localizadas do poder. Embora produzam apenas 13% do PIB regional, as atividades agropecuárias ainda retêm 46% da população ocupada total em 1985<sup>29</sup>. Essa contradição entre base material do poder econômico e controle de uma parcela expressiva da população ocupada — e de seus dependentes — produz, no Nordeste, alguns fenômenos que, à primeira vista, parecem paradoxais. O primeiro deles é uma certa imperceptibilidade das mudanças, permanecendo os proprietários rurais, e sobretudo algumas de suas mais especiais categorias, como referências sociais e políticas de primeiro plano, quando economicamente já não o são. É o caso dos usineiros de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, por exemplo. A última eleição para governador de Pernambuco — talvez o estado arquetípico desse conflito — opôs Miguel Arraes a José Múcio, usineiro, filho de usineiros, neto de usineiros, bisneto de senhor de engenho, tataraneto de senhor de engenho, cujas raízes mergulham longe, no Pernambuco colonial do século XVI.

(29) *Idem*, tabela AI - 1g.

De outro ângulo, a escassa renovação das bancadas de congressistas do Nordeste pode ser explicada em parte por essa permanência deformada. Em eleições majoritárias, o velho curral não funciona, mas em eleições proporcionais é fato que as velhas oligarquias continuam produzindo deputados, os quais renovam-se longevamente nos mandatos, quase à semelhança da açucarocracia pernambucana, de longe a mais longeva

classe dominante do Brasil, que sem dúvida pode disputar esse duvidoso labéu em concurso mundial.

É no setor industrial que os deslocamentos e a metamorfose se mostram mais importantes e decisivos. Como já foi salientado, o pequeno aumento da participação da indústria de transformação no PIB regional esconde, mais que mostra, as mudanças que se quer assinalar. Sem nenhuma dúvida, a indústria foi, na expansão recente do Nordeste, como de resto no Brasil, a chave e o motor das maiores mudanças. Em primeiro lugar, deve-se anotar a mudança no peso dos gêneros industriais mais importantes. O par clássico da indústria nordestina, produtos alimentares mais indústria têxtil, foi substituído pelo par indústria química-produtos alimentares (nessa ordem de importância), e o último gênero quer dizer sobretudo açúcar e álcool<sup>30</sup>. Essa mudança desloca o eixo principal da economia, da produção de mercadorias componentes do custo imediato de reprodução da força de trabalho local para a produção de insumos intermediários (meios de produção), destinados ao mercado nacional e internacional.

Mesmo o álcool deve ser entendido como insumo na cadeia puxada e comandada pela indústria automobilística. A indústria sucro-alcooleira pôde reciclar sua produção, em acentuada decadência nos anos 70, através do Programa Nacional do Alcool — Proálcool, cujo manejo consistiu na fixação de cotas regionalmente garantidas, independentemente da produtividade. Essa reciclagem, de um lado, criou um segmento de alta produtividade — as novas refinarias de álcool —, mas de outro lado, pelo mecanismo da fixação de cotas regionais, permitiu que o novo segmento continuasse amarrado ao velho segmento *agrícola* da produção da cana-de-açúcar, levando à diminuição da produtividade do complexo agro-sucro-alcooleiro, com a manutenção das velhas estruturas agrárias das usinas. Isto se reflete, por sua vez, na manutenção de uma alta porcentagem da população nas atividades agrícolas, baixa produtividade e baixos salários.

A importância da indústria química para a dinâmica industrial da região é ainda mais acentuada se considerarmos os gêneros que dela dependem diretamente — como matérias plásticas, borracha, produtos farmacêuticos e veterinários —, que apresentaram taxas de crescimento reais superiores à média do Nordeste. Juntamente com o setor mineral, representam 47% do faturamento total da indústria. De outro lado, os gêneros industriais mais ligados ao consumo (têxtil e vestuário, alimentação, incluindo bebidas, e outros — madeira, móveis) somam 37% do total. Os outros 16% da indústria estão distribuídos em gêneros de grande importância estratégica a nível nacional, como metalurgia e mecânica (juntos, iguais a 9% do total) e os segmentos mais modernos (material elétrico, de transporte, papel e diversos) que fazem 7% do total.

O deslocamento do eixo da acumulação industrial revela, visto de outro ângulo, a ruptura da inércia ou do círculo vicioso da acumulação de capital nordestina *intramuros*. De fato, apesar da grita regional de que a industrialização não se está fazendo para a produção de mercadorias de consumo popular, o que teoricamente quer dizer mercadorias ligadas ao

(30) Sobre composição industrial, vide *idem*, tabelas AI-2a a 2t.

custo imediato de reprodução da força de trabalho local, o grande problema da anterior inércia residia precisamente nesse circuito viciado e vicioso. Pois sendo baixos os salários, a produção de mercadorias componentes do custo de reprodução esbarrava nestes, ou na falta de mercado ou de demanda dinâmica. Por outro lado, a produção de mercadorias componentes do custo direto e imediato da reprodução da força de trabalho dificilmente induz a melhorias da produtividade do trabalho. Do que, o deslocamento do eixo para a produção de insumos intermediários é quase uma condição para romper-se a inércia ou círculo vicioso da acumulação. De fato, é pelo aumento da produtividade do trabalho na produção de bens intermediários e de capital que, pela cadeia interindustrial, o aumento da produtividade atinge a produção de mercadorias ligadas ao custo direto e imediato da reprodução da força de trabalho.

Do ponto de vista da estrutura de poder intraburguesa na região, esses deslocamentos constituem uma espécie de terremoto, abalando velhos e indisputados domínios. É certo que do par antigo produtos alimentares + têxtil, os produtos alimentares formam um novo par, agora com a química, em posição subordinada. Isto responde pelo fato de que grupos e categorias sociais, como os usineiros (produtos alimentares = açúcar e álcool) continuem, se não no primeiro degrau da estrutura de poder intraburguesa, pelo menos no segundo. Mas os grupos que assumem a química são uma inovação na referida estrutura. De qualquer modo, feitas as contas da perda do poder econômico dos grupos agrários não-burgueses, do avanço da indústria e da intermediação financeira na formação do PIB regional, a expansão econômica revela-se, nitidamente, como um avanço do poder econômico burguês. Esta afirmação deve ser atenuada *cum grano salis*, posto que são as empresas estatais os novos e principais atores. Mas do ponto de vista macroeconômico e macrosocial, a presença das estatais não nega a expansão burguesa, senão que é sua condição *sine qua non*. Trata-se de uma situação radicalmente distinta da dos primeiros anos da década de 60, que precedem o golpe de 1964, quando o definhamento do poder dos proprietários rurais combinado com o definhamento da indústria regional pôs em xeque o poder burguês na região, do que se salvaram pela adesão ao movimento militar na conjuntura. Vale a pena lembrar que o definhamento referido foi uma espécie de movimento de pinças, que tinha uma ponta no solapamento econômico do Nordeste produzido pelo avanço capitalista no Sudeste e a outra nos fortes movimentos sociais e políticos contestadores. Puro renascimento à maneira da fênix mitológica ou o produto do novo amálgama em que os fundos públicos e as empresas estatais são a argamassa insubstituível? Para a mitologia burguesa, renascimento; o real, entretanto, vai muito mais para a segunda hipótese.

No magma dos capitais, a estrutura da propriedade se diversifica notavelmente, se reportada aos padrões antigos da propriedade burguesa no Nordeste<sup>31</sup>. Já se salientou a parcela detida pelas empresas estatais — 44% do patrimônio total das 1.300 maiores empresas; a segunda grande

(31) Sobre a participação das diversas origens de capital, vide *idem*, tabelas AI - 3a e AII-3b.

parcela cabe, talvez surpreendentemente, aos capitais de origem estritamente regional: 40% do patrimônio líquido total do mesmo conjunto, revelando, pois, notável capacidade de se integrarem à dinâmica do processo. Esses capitais predominam em vinte gêneros da economia industrial, representando por sua vez 40% do patrimônio total na indústria (no conjunto das 1.300 maiores empresas da amostra); entre esses vinte gêneros estão três dos cinco maiores gêneros industriais regionais — produtos alimentares, têxtil e metalurgia. Eles, os capitais regionais, se associam pouco, representando apenas 1,6% do patrimônio total das empresas de capital associado (outro recorte feito no estudo original, destinado a verificar a formação de grupos econômicos e a associação de capitais).

Já os capitais privados de origem nacional — do resto do Brasil — representam 10% do patrimônio líquido total das 1.300 maiores empresas, uma importância menor do que parece pela presença de grandes grupos privados nacionais no Nordeste. Mas, por outro lado, associam-se muito mais que os capitais de origem estritamente regional, pois 1/3 dos nacionais estão presentes em empresas de capital associado. Revela-se, por esse lado, que os capitais de origem nacional estão mais aptos a participações também financeiras, enquanto seus congêneres regionais se caracterizam, sobretudo, pelo controle exclusivo das empresas. Quando se analisa a presença dos capitais nacionais em outros empreendimentos nos quais não são exclusivos, então a presença deles se eleva para 21% do patrimônio total das 1.300 maiores empresas, pois estão, majoritariamente ou minoritariamente, em 57% dos capitais de empresas associadas. O porte financeiro, a posição no *ranking* em seus setores, a familiaridade com os processos de mercado financeiro e de capitais, conferem-lhes maior viabilidade às estratégias, que, como salientado, não se restringem à presença em empresas sob seu absoluto controle. Aliás, retomando a questão das estatais, vê-se que o capital privado nacional coloca-se, quando não em empresas de seu controle exclusivo, preferencialmente sob o guarda-chuva protetor das estatais: as estatais possuem 80% do patrimônio total das empresas onde o capital privado nacional é minoritário. Resta salientar que os capitais privados nacionais predominam absolutamente na indústria mecânica e na de produtos de matéria plástica, de importância mediana na cadeia interindustrial da economia do Nordeste.

A participação das empresas de capital estrangeiro é, sob os ângulos do patrimônio e do faturamento, mais que modesta na expansão econômica recente. Elas controlam, quando exclusivas, 3,7% e quando em associação, mais 2,3% do total das 1.300 maiores empresas da amostra. Os gêneros industriais que controlam são os de perfumaria e material elétrico, e nos outros setores em que participam associadamente não alcançam nem 25% do patrimônio e do faturamento respectivos. Mas é possível que essas participações estejam subestimadas, embora não haja indícios de um grande desvio, e que uma via privilegiada para o capital estrangeiro seja a conhecida cessão de direitos, marcas e patentes. No trabalho que serve de base a este artigo não foi possível passar do nível de sus-



peita, uma vez que a própria indústria de capital nacional utiliza de maneira intensa e abrangente esses tipos de relações técnico-comerciais com empresas de capital estrangeiro, mas não há nada que possa confirmar essa sugestão.

O que é novo na composição da estrutura de propriedade das empresas, sobretudo industriais, é a quebra do "exclusivo regional" que era a marca da antiga industrialização do Nordeste, isto é, a presença praticamente exclusiva de empresas de capital estritamente regional. A esse respeito, não fazia parte da história industrial regional a presença de empresas de capitais do resto do Brasil na propriedade industrial, salvo um ou outro caso muito raro. Quanto ao capital estrangeiro, este participou da estrutura econômica do Nordeste ao modo e à semelhança de sua participação na estrutura econômica nacional antes da industrialização, isto é, com empresas e propriedades nos gêneros de energia elétrica, transportes urbanos (bondes) e ferroviários, telefonia e gás (neste caso, Pernambuco sendo o único, ao que consta); o setor bancário assinalou também, antes da II Guerra Mundial, a presença de clássicos bancos estrangeiros: ingleses, franco-italianos, holandeses, portugueses e norte-americanos.

Depois da II Guerra, a intensa nacionalização dos bancos comerciais privados (nada a ver com *estatização*) reduziu a presença dos bancos estrangeiros no Nordeste, e mesmo os bancos de países aliados na II Guerra Mundial reduziram sua presença na região a quase nada. Somente agora, tal como acontece no Brasil como um todo, os bancos estrangeiros voltam a crescer no Nordeste. Mesmo assim, em escala comparativa à sua presença pré-guerra, suas atividades são modestas e a rigor são uma extensão de suas atividades principalmente no Sudeste industrializado. Isto é fácil de compreender, quando se tem em vista que os bancos estrangeiros operavam, sobretudo, nos negócios de exportação e importação, numa época em que a contribuição do Nordeste às exportações brasileiras era da ordem de 30%. Com a queda do índice de abertura da economia brasileira para o exterior, a política industrial de substituição de importações e os controles cambiais, a área externa do Nordeste deixou de ser interessante para os bancos estrangeiros.

A composição da estrutura de capitais mostra, portanto, uma novidade: os capitais nacionais estão na atividade industrial, o mesmo acontecendo com os capitais estrangeiros, através de filiais ou de empresas novas que, às vezes, nada têm a ver com os perfis das matrizes. Essa nova matriz é, em si mesma, um resultado dos processos de integração, e demonstra, por seu lado, uma descentralização que é simultaneamente nacionalização territorialmente concreta dos amplos interesses de classe. A formação de empresas associadas oferece, por outro lado, um novo ângulo para se pensar a gênese dos novos interesses burgueses: trata-se de interesses articulados, que, não excluindo a competição, formam, entretanto, um novo e compacto bloco de interesses privados.

*Velhas e novas classes*

Do ponto de vista do domínio de classe, as velhas classes burguesas nordestinas, revitalizadas ao ponto de deterem 40% do patrimônio e faturamento das 1.300 maiores empresas, não são mais *exclusivas*: o "exclusivo regional" foi rompido, e mesmo aquela porcentagem não significa hegemonia, pois ela só se perfaz mediante o impulso dinâmico que é dado pelo vínculo com a economia nacional e, em casos mais concretos, pela associação com outros capitais, sendo o conjunto presidido pela argamassa dos fundos públicos e empresas estatais. O espaço regional de classe é agora compartilhado com outras formas de capitais.

Entretanto, essa dinâmica do econômico parece não se transladar para a esfera das identidades, das alteridades, do inter-reconhecimento social e político, e finalmente para o imaginário sócio-político. Em estados de tradição política mais à esquerda, como Pernambuco, e secundariamente, Bahia, e nos novos espaços industrializados, no imaginário sócio-político são categorias burguesas relativamente desimportantes economicamente, como os usineiros, que continuam a galvanizar a rivalidade da esquerda ou dos setores políticos populares — e muitas vezes populistas —, enquanto os novos capitais, nacionais e estrangeiros, não aparecem como "adversários". Desapareceram mesmo do discurso político os temas e as figuras do "imperialismo" e dos "imperialistas", emblemáticos do discurso e da luta política pré-64, numa época em que, agora, "imperialistas" exploram diretamente a força de trabalho, ao contrário de antes, quando sua atividade exploradora, nos antigos serviços de utilidade industrial, estava mais próxima da retórica que do real. As empresas estatais jamais se vêem colocadas no centro da luta política, salvo talvez no Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, enquanto existe um difuso sentimento "antipaulista", mas não antiempresas "paulistas", que nunca aparecem no discurso e na luta como "inimigos", "invasores", "exploradores". Deve ser dito, aliás, que o difuso sentimento referido é produto, talvez, da aguda percepção das diferenças regionais, propiciadas pela mobilidade social, pela migração "andorinha", que vai e volta, pela crônica de vida dos migrantes e de seus dependentes, e ao mesmo tempo pela dissolução do antigo sonho de "vai, menino, cresce, para ir para São Paulo", símbolo de ruptura com os velhos modos de vida e da percepção concreta de um mercado de trabalho em crescimento em São Paulo, que se colocava como alternativa à mesmice regional.

As fortes mudanças ocorridas na base material seguem, *ipsis litteris*, as pautas do capitalismo contemporâneo, do ponto de vista da concentração de capitais. O que, já de si, reforça o poder de classe das novas estruturas econômicas. Essa concentração é pautada pelos próprios mecanismos financeiros que presidiram a acumulação: em primeiro lugar, as empresas estatais são, em si mesmas, poderosas expressões da concentração de capitais. Em segundo lugar, o tipo de mecanismo Finor, uma de-

dução do imposto de renda, desde que a opção de investimento é das próprias empresas que praticam a dedução, é concentracionista: deduz mais quem paga mais imposto de renda. Em terceiro lugar, como os mecanismos têm vigência devido à dinâmica econômica das regiões mais ricas, a expansão de empresas de fora do Nordeste faz-se, na região, sob os mesmos moldes concentrados e organizacionais das regiões líderes. Dessa forma, simultaneamente os maiores grupos têm mais acesso aos recursos do Finor e os menores grupos ou empresas desfrutam menos o benefício fiscal<sup>32</sup>. Não há perversidade *out*, maquiavélica, ou discriminação *ad hoc* (embora a corrupção também funcione, não alterando, entretanto, significativamente, os dados da questão); a perversidade é *in*, necessária ao sistema estruturante dos fundos públicos. Além disso, os pequenos capitais têm uma enorme defasagem técnica e financeira — referente à concentração e à centralização de capitais — com respeito aos grandes capitais. Isto, em presença de um sistema de custo de oportunidade igual a zero, leva necessariamente à escolha de métodos capital-intensivos, deslocando ainda mais a capacidade de competição dos pequenos e médios capitais. Mas o sistema não tende, nunca, para uma concentração absoluta, uma espécie de tendência assintótica inexorável. Como acontece, ademais, em todo o sistema capitalista, a própria concentração de capitais frequentemente barateia o capital constante, dando lugar a toda uma trama onde têm lugar os pequenos e médios capitais.

Em trinta dos 33 setores da economia, as quatro maiores (da amostra de 1.300) empresas controlam, no mínimo, 1/3 do faturamento global dos setores respectivos (este global é para além das empresas da amostra)<sup>33</sup>. Ampliando-se o número das empresas para as oito maiores, somente nos setores têxtil (47%) e de produtos alimentares (19%) é que elas não concentram 50% ou mais do faturamento dos setores. Reduzindo-se o estudo da concentração para vinte setores, o grau de concentração é ainda maior: as quatro maiores empresas de cada setor controlam 50% ou mais do faturamento<sup>34</sup>. Essa extremada oligopolização — embora não se esteja trabalhando com mercados, o que daria maior precisão ao conceito de oligopólio, pois é inegável que o faturamento expressa capacidade de controle de mercado — sugere que a possibilidade de crescimento da economia regional depende, quase totalmente, da dinâmica dos grandes grupos econômicos e seus interesses a nível nacional. Para fins de planejamento, pois, a variável independente não são mais fatores locais regionais favoráveis, mas a estratégia das empresas e de seus grupos. Este processo, aliado à forte gravitação exercida pelas empresas estatais, aconselha uma mudança radical na estratégia de planejamento regional, a qual tem permanecido ligada a hipotéticos fatores atrativos regionais, entre os quais o custo da força de trabalho ou mais diretamente os salários, cuja eficácia é quase nula. Estudos já realizados, entre os quais o de Tania Bacelar<sup>35</sup>, haviam posto em séria dúvida o papel dos baixos salários como fator de atração. Na prática, as novas atividades do ciclo da recente expansão pagam baixos salários, o que só aumenta a lucratividade das empresas e de-

(32) Vide *idem*, tabelas AII — 3h e 3i.

(33) Sobre concentração industrial, vide *idem*, tabela AII - la.

(34) Uma comparação com os graus de concentração na economia brasileira confirma que o padrão de concentração encontrado no Nordeste obedece à mesma lógica: tomando-se estudo realizado pelo Núcleo de Estudos Estratégicos do PSDB (*Jornal do Economista*, S. Paulo, Corecon, fev. 90) encontrou-se que os graus de concentração no Nordeste são superiores aos dos respectivos setores da economia brasileira em construção pesada e papel e celulose; praticamente idênticos em fumo, eletroeletrônica, borracha, mecânica, química, têxtil e mineração; e inferiores em alimentos, bebidas, material de transporte, metalurgia e minerais não-metálicos. Essa similaridade decorre muito fortemente dos mecanismos fiscais de transferência de capitais do resto do Brasil para o Nordeste. Deve-se informar que as metodologias de estimação para o Nordeste e para o Brasil não são absolutamente iguais, além de se referirem a anos diferentes — 85 e 88, respectivamente. Tudo indica que essas diferenças não comprometem a comparação.

(35) Araújo, Tania Bacelar de, "Crescimento Industrial no Nordeste: para Quem e para Quê", *Revista Pernambucana de Desenvolvimento*, Recife, 1981. *Idem*, *La Division Interregionale du Travail au Brésil et l'Exemple du Nord-Est*, Paris, 1979. (Thèse pour le Doctorat en Economie Publique, Planification et Aménagement du Territoire — Université de Paris); *idem*, "Industrialização do Nordeste, Intenções e Resultados", in: Seminário Internacional sobre Disparidade Regional, Recife, 1981 — *Anais*, Recife, Fórum Nordeste/Sudeste, 1982, pp. 292-301.

prime os salários, piorando a distribuição da renda, sem que tenha efeito na atração locacional. De fato, a variável sobredeterminante é o custo de oportunidade zero dos incentivos fiscais. Dentro desse marco, é a estratégia das empresas e dos grupos quem decide pela localização. O fator mão-de-obra não foi determinante mesmo em casos em que a existência de recursos naturais jogou um forte papel na decisão de empresas estatais, tais como o petróleo na Bahia, os depósitos de sal-gema em Alagoas e recursos minerais em Sergipe e no Maranhão, os recursos ferríferos de Carajás. A estratégia do "northeastern way of life", muito sol, praias, suco de caju e mão-de-obra barata, não é nada sem a dedução fiscal e a ação das estatais. Mas constitui um agradável incentivo e um refrescante paraíso fiscal... Uma simulação realizada sobre a participação das dez maiores em-presas no ICM total de cada estado fornece outra indicação do grau de concentração e do poderio das novas atividades geradas pela expansão recente. Tomando-se o ICM realmente arrecadado e calculando-se o ICM que cada empresa *pagaria* (na base de uma alíquota sobre o faturamento), chega-se à conclusão de que as referidas dez maiores empresas de cada Estado *seriam* responsáveis por 40% da arrecadação de ICM na Bahia, até o máximo de 86% no Piauí, sendo que, na média regional, as dez maiores empresas *seriam* responsáveis por 46% do ICM regional<sup>36</sup>. Trata-se de uma simulação, em vista de que não se obtiveram os dados reais do pagamento das empresas. Estes podem estar por cima (se a alíquota real for mais alta) ou por baixo (se a alíquota real for mais baixa), à parte os problemas de isenção e de evasão fiscal, também desconhecidos pela pesquisa-base deste artigo. De qualquer modo, convém assinalar a extremada concentração fiscal que, se de um lado poderia facilitar a fiscalização por parte dos estados, de outro revela que, de fato, os mesmos estados são fortemente dependentes de um número muito pequeno, de fortíssimos contribuintes, o que, em suma, desmistifica o caráter pretensamente "sufocante" do Estado sobre a iniciativa privada: de fato trata-se de estados (e de Estado) prisioneiros.

(36) Vide "Estruturas de Poder...", *op. cit.*, tabela B1-e e f.

## 5. A questão regional hoje

A clássica "questão nordestina", que é nossa "questão regional" por excelência, constituiu-se a partir da segunda metade do século XIX. É na confluência de processos que definiram as questões do mercado de trabalho e do Estado brasileiro, simultâneas e recíprocas — conforme as ricas indicações de Luiz Felipe de Alencastro em sua tese de doutorado *Le Commerce des Vivants: Traite d'Esclaves et "Pax Lusitana" dans l'Atlantique Sud — XVIe e XIXe siècles*. Université de Paris X, Paris, 1986, 3 vols. —, que o Nordeste se constitui simultaneamente como região e como região mais atrasada. Antes, ajudadas pela moderna historiografia, em que ressalta Evaldo Cabral de Mello e seu *O Norte Agrário e o Império*, as refe-

rências "regionais" se davam em relação a um vasto Norte e um vasto Sul, e as outras regiões (de hoje) simplesmente não faziam sentido. Além disso, as posições eram invertidas em relação ao sentido que têm hoje: era o vasto Norte (em que contava principalmente o Nordeste de hoje) a região rica, enquanto o vasto Sul era a região pobre.

Não interessa, aqui, reconstituir o largo processo em que as regiões se cristalizaram no Brasil, mediante o aguçamento das diferenças de níveis de desenvolvimento que, aliás, são os próprios fatores determinantes da regionalização. A partir da criação da Sudene, a regionalização do Nordeste é não apenas reconhecida, mas, sobretudo, tornada a substância de uma estratégia visando sua anulação. Não sem antes proceder-se, talvez, à última ampliação da região, fincada desta vez no parâmetro do subdesenvolvimento em relação ao Sul/Sudeste: incorporam-se o Maranhão e a Bahia e, para efeitos fiscais, o Nordeste de Minas.

A partir da efetiva entrada em funcionamento dos mecanismos fiscais-financeiros sob a égide da Sudene, e da implantação dos projetos das grandes empresas estatais, no período que vai de 1959 a 1985, e, para efeitos deste artigo, de 1970 a 1985, os programas de desenvolvimento regional baseados nos mecanismos e nos projetos já assinalados anteriormente estão produzindo resultados que redefinem a "questão nordestina".

Em primeiro lugar, pela força dos processos analisados, e sobretudo pela sua ligação aos processos de acumulação de capital em escala nacional, o Nordeste integrou sua economia à do resto do Brasil. A tal ponto que, a rigor, não se pode falar em "economia do Nordeste", mas numa divisão regional do trabalho no Brasil com atividades regionalmente localizadas. As taxas de desenvolvimento nordestino não dependem da taxa de acumulação (ou de poupança e investimento) do Nordeste; se assim fosse, o ritmo e os níveis da expansão econômica alcançados teriam sido inviáveis. O rompimento da inércia e do ensimesmamento regional já foram suficientemente descritos e analisados. A constituição dos novos interesses, a participação de capitais de fora da área, o deslocamento radical de anulares interesses fincados no complexo latifúndio-minifúndio são parte e sujeitos desses processos.

Tudo isso se resume no resultado de que a política de desenvolvimento regional levou à desregionalização da economia<sup>37</sup>. São movimentos centrífugos atuando no sentido de uma maior interdependência entre as várias regiões brasileiras. Assim como não há, rigorosamente, "economia paulista": tirem-lhe os mercados nacionais e a "economia paulista" será reduzida pela metade. Do ponto de vista estratégico, isto significa que o discurso *regionalista* da economia não faz mais sentido; quando fazia, era pior. Isto é, os mercados da produção nordestina não devem, necessariamente, ser regionais; se o Nordeste não produz todos os alimentos que sua população consome, isto não é um mal em si, desde que a distribuição da renda e os salários sejam notavelmente melhorados. A industrialização havida não criou todos os empregos necessários — este resultado decorre do efeito destrutivo da nova industrialização e do nível de

(37) Não levou à dissolução total da região, que é uma realidade bem mais rica e mais complexa que suas simples determinações econômicas, mas ainda neste terreno movido é possível dizer que o Nordeste é simultaneamente sujeito e objeto dos novos processos de identificação cultural em curso no Brasil, de que não está ausente, senão que é o agente, talvez mais importante, a televisão: basta ver que das últimas novelas da Globo de maior audiência, *Roque Santeiro* e *Tie-ta*, não apenas se passam no Nordeste, mas usam o peculiar modo de falar da região como linguagem televisiva. Tudo isso é para dizer que mesmo em terreno tão pantanoso quanto os dos processos culturais, o Nordeste não comparece apenas como enjeitado; sem fazer nenhum juízo definitivo sobre o bem ou o mal, parece evidente que no contemporâneo processo brasileiro de elaboração de referentes culturais — com evidente massificação e pastichização — as trocas regionais não são mais avenida de mão única, no velho esquematismo à la Mattelart, de uma região "imperialista" tentando subordinar culturalmente a mais pobre. Também isso há, mas, como diz uma personagem da última novela citada, aí tem mais "mistérios" do que podemos supor esquematicamente.

salários, que neste caso não é produto de uma abstrata oferta de mão-de-obra contra escassos empregos, mas da fraqueza das organizações sindicais da nova industrialização e da fantástica desorganização da economia agrária. Estrategicamente, pois, basear a defesa da economia regional na manutenção de baixos salários, como defesa das médias e pequenas empresas que não podem pagar salários competitivos ou, o que dá na mesma, como atrativo para a localização regional — fortemente desmentido pela experiência e pelos estudos já realizados — seria um equívoco de fundas consequências para as classes trabalhadoras regionais.

Esse efeito centrífugo manifesta-se, também, ao nível da homogeneidade regional, das semelhanças entre os estados da região. Tal homogeneidade sempre foi muito relativa, mas de qualquer modo a inércia e o "círculo vicioso e viciado" em que se movia a economia regional *vis-à-vis* outras regiões tornava os estados mais semelhantes entre si. Os resultados da expansão recente não foram capazes, ainda, de preencher as sensíveis diferenças, do ponto de vista dos principais indicadores econômicos, entre os estados da região e os outros, mais ricos. Entretanto, modificações de ritmo de desenvolvimento, localizações estratégicas de empresas estatais, capacidade de algumas burguesias metamorfosearem-se em empreendedores industriais aliando-se a outros poderosos grupos estatais e burgueses extra-regionais, indicam um movimento centrífugo no sentido de desfazer a relativa homogeneidade e a unanimidade em que se reconheciam "nordestinos".

Tal é o caso mais flagrante da Bahia, onde antigos e poderosos grupos financeiros deram o passo no sentido de se transformarem em empresários, como o grupo do antigo Banco da Bahia (os Mariani Bittencourt) e o grupo do Banco Econômico (Calmon de Sá). Ao lado deles e capitaneada por eles, uma nova safra de empresários, articulados basicamente no Pólo Petroquímico de Camaçari, joga sua estratégia com o olho voltado para a Petroquisa, enlaçando-se através da *holding* Norquisa, por exemplo, com os mais variados capitais, inclusive estrangeiros, e projetando-se para além de seus ramos de negócios tradicionais. Daí surgiram grupos como o Odebrecht — hoje entre os maiores da construção civil pesada em termos nacionais —, com estratégia de dominação para além da simples extração do excedente: este grupo possui uma fundação, que financia estudos, monografias sobre o próprio Nordeste, distribui prêmios culturais, entra em relação com os grupos negros; o grupo Paes Mendonça, nos supermercados, é também um grupo baiano de projeção nacional. Em suma, estes grupos destacam-se nitidamente do empresariado de outros estados, pelas suas articulações nacionais e concepções do papel de sua classe social.

O Ceará também apresenta modificações que, paradoxalmente no estado talvez mais simbolicamente nordestino, afasta-se, sob certos aspectos, do estigma; é certo que os indicadores econômicos cearenses continuam entre os mais baixos. Mas lideranças empresariais do tipo Jereissatti conseguiram fazer a ponte com a política, derrotaram os velhos "coro-

néis", estabeleceram relações com a Universidade — raríssimo comportamento entre empresários e políticos do Nordeste — e, pelos empreendimentos que conduzem, colocam-se em segmentos de atividades dinâmicas em escala nacional.

Os exemplos de grupos empresariais em vigorosa metamorfose quase se esgotam nesses dois estados. Decerto grupos empresariais do Nordeste estão entre os maiores de seus setores, nacionalmente falando. Caso do grupo Pernambucanas, do grupo Othon no ramo hoteleiro, do grupo João Santos no cimento, para citar uns poucos mais. Entretanto, estes grupos não se destacam armando articulações mais amplas no cenário nacional. Aqueles capitais estritamente regionais que possuem 40% do patrimônio das maiores empresas do Nordeste incluem os grupos e exemplos já citados, e mais uma miríade de outras empresas que não têm expressão nacional.

Em outros estados, como Maranhão, Sergipe, Alagoas e secundariamente Rio Grande do Norte, a presença de fortes empreendimentos de empresas estatais responde pela nova dinâmica econômica. O efeito centrífugo em oposição à homogeneidade regional manifesta-se aí no sentido da forte gravitação dos interesses em torno das estatais, fazendo com que reivindicações "nordestinas" passem, no limite, a segundo plano se colidirem com as articulações e demandas junto às estatais. Mas também revelam a fraqueza desses estados, cujas burguesias não têm o porte sequer para aliar-se com as empresas estatais e seus sócios nacionais e estrangeiros.

Há um movimento em sentido contrário ao da desregionalização da economia, um movimento centrípeto que é, dialeticamente, o fator da desregionalização. Trata-se do "capital financeiro em geral", na forma das isenções fiscais, dos subsídios e do papel das estatais, que teoricamente exercem uma função de antivalor para pôr em marcha o processo de valorização. Este movimento *reifica* constantemente a hoje ficcional "economia do Nordeste"; é pela reificação das diferenças de desenvolvimento, pelo conceito de região mais atrasada — em que, subliminarmente às vezes e explicitamente na maior parte dos casos, o Nordeste foi utilizado como ameaça de convulsão social e, no limite, de revolução camponesa-operária de sentido socialista —, de "prioridade" nacional, que os mecanismos fiscais-financeiros foram erigidos, mantidos, reforçados e ampliados. Esse movimento centrípeto reconstrói recorrentemente a homogeneidade subdesenvolvida do Nordeste, obscurece as diferenças entre os estados, os ritmos de expansão, as clivagens de interesses e de classes, buscando manter os referidos mecanismos fiscais-financeiros. É certo que os empreendimentos estatais escapam, pela fonte de seus recursos e pela amplitude de suas articulações, a essas determinações, mas no interior das alianças ou do magma argamassado pelos empreendimentos estatais, os mecanismos fiscais-financeiros continuam a valer para os processos particulares de empresas e grupos. No interior e como resultado desses processos, a "questão nordestina" se recoloca e se refaz, em primeiro lugar,

do ponto de vista daquela reificação. E especificamente, por algumas peculiaridades a mais. A primeira delas é que persiste, como marca registrada do Nordeste, uma questão agrária irresoluta. Os dados já apresentados mostram uma acentuada perda de poder econômico dos grupos latifundiários, na queda da participação das atividades agropecuárias na formação do produto regional. Mas uma grande parcela da população e da força de trabalho continua amarrada às atividades rurais, o que distingue o Nordeste, notavelmente, de outras regiões brasileiras.

Em segundo lugar, o Nordeste se diferencia também sensivelmente das outras regiões pelas características de seu mercado de força de trabalho, composição da população ocupada, níveis de renda e de salários, existência de um marcante exército industrial de reserva ou setor informal. Os dados a esse respeito são dramáticos, e não constituem herança do passado, senão que são produto da dinâmica da expansão recente. Como outro resultado, o Nordeste deve se caracterizar — embora os dados da pesquisa sejam insuficientes para isso — por uma concentração da renda ainda mais desigual que a brasileira, o que não é surpreendente, se se levam os dados em consideração.

Do ponto de vista do mercado de trabalho, a expansão recente também integrou o Nordeste ao padrão dominante no Centro-Sul, pois os empregados já são (1985) mais de metade da população ocupada, enquanto os trabalhadores por conta própria perfazem apenas um terço, invertendo as proporções prevalecentes no início dos anos 70<sup>38</sup>. Mas os empregados urbanos saltaram apenas de 65% em 1970 para 69% em 1985<sup>39</sup> (apesar de a população ocupada de base urbana como um todo ter crescido de 37% para 53% do total), devido, provavelmente, à elevada relação capital-trabalho dos capitais altamente concentrados que passaram a operar na região, implicando um pequeno aumento *líquido* do emprego; e, em segundo lugar e principalmente, devido à escassa mudança nas formas técnicas da produção no campo, apesar da expansão do assalariamento na agricultura.

A estrutura de salários reflete esses processos: em 1985, 85% da média dos empregados ganhavam menos de três salários mínimos e 52%, até um salário mínimo. Parece haver uma acentuada relação entre esses níveis salariais e a formalização das relações de trabalho, pois os trabalhadores sem carteira assinada representavam 60% do total de empregados em 1985, e nestes apenas 24% ganhavam acima de um salário mínimo<sup>40</sup>.

O impacto das 1.300 maiores empresas sobre o mercado de trabalho é desproporcional à sua importância na formação do produto regional: elas eram responsáveis por 2/3 do PIB regional em 1985, e empregavam apenas 7% da população ocupada<sup>41</sup>.

Desde os anos 20 a migração do Nordeste para o Sudeste foi, talvez, a marca principal da "questão nordestina", ao lado "et pour cause" da questão agrária regional. A participação do Nordeste na divisão regional do trabalho no Brasil poderia ser resumida em fornecimento de mão-de-obra e de algumas matérias-primas industriais importantes, tais como

(38) Vide "Estruturas de Poder...", *op. cit.*, tabela BII - Ia.

(39) *Idem*, tabela BII - Ib.

(40) *Idem*, tabelas VII-le e If.

(41) *Idem*, tabelas do Anexo 3 e BII - Ig.



algodão e sisal; além disso, a região produzia um excedente de divisas cujo peso na balança comercial e no balanço de pagamentos brasileiro era importante, provavelmente 1/3 do total. Ao longo dos processos descritos neste artigo, e até antes, como resultado da integração dos mercados nacionais — ainda não da população nacional —, o papel de fornecedora de matérias-primas industriais enfraqueceu-se sensivelmente; a forte expansão das exportações brasileiras fora do Nordeste relegou a exportação nordestina para quotas não muito relevantes (apenas cacau, conjuntamente açúcar e melão, e outros itens de menor importância na pauta brasileira). Uma importante redivisão regional de trabalho gestou-se no Brasil. De forma que o Nordeste ampliou consideravelmente a pauta de suas trocas comerciais com o resto do Brasil, e aparece hoje na divisão regional do trabalho industrial como importante produtor de insumos e bens intermediários. Esta é sua marca principal, hoje, do ponto de vista da produção. A antiga autarquia regional de bens de consumo, sobretudo alimentares, foi rompida, quase em todos os itens; principalmente no capítulo relativo a bens de consumo industrializados, sua balança comercial é provavelmente deficitária (devido, entre outras coisas, ao melhoramento de rendas e salários das classes médias).

No capítulo da migração e da força de trabalho, embora continue a haver uma forte migração, esta, calculada em relação à população residente, já não atinge mais as proporções de décadas como as de 50 e 60; isto é, o mais importante mercado de força de trabalho para a população regional é, dinamicamente, a própria região. A migração que continua a haver provavelmente tem papel marginal na determinação do nível de salários reais nas regiões, estados e cidades onde ela aporta.

Estes níveis agora têm muito mais a ver com a organização das classes trabalhadoras, de um lado, e, de outro, com a própria produção de populações excedentes nas regiões mais ricas. Basta ver que na última década censitária — entre 1970 e 1980 — o estado que mais perdeu população absoluta e relativamente foi o Paraná, devido à forte mudança técnica e nas relações de produção na rica agricultura paranaense.

O que resta é uma mudança importante, do ponto de vista da clássica caracterização da "questão nordestina": a arribação já não migra mais, e se continua a fazê-lo — e continua —, sua fecundidade nos lugares onde arriba é declinante, em todos os termos. A moral é que a "questão nordestina" que resta, e ainda é grave, dramática e imensa, exatamente porque ela é dinâmica, deve ser resolvida no próprio Nordeste. A antiga válvula de escape já não funciona. O próprio movimento de tentativa de anulação das disparidades regionais no Brasil, não completo, ainda largamente insuficiente, baralhou as cartas das velhas referências e das velhas estratégias. Para todos os lados, para todas as classes. A novidade agora é que a "questão nordestina" é a de níveis de miséria produzidos pela própria expansão econômica. Bela e feia novidade.

A rápida expansão econômica destruiu todos os mitos e todas as saídas fáceis, muitas das quais repousaram, na maior parte dos casos, so-

Francisco de Oliveira é professor da FFLCH da USP e pesquisador do Cebap. Já publicou nesta revista "O Marajá Superkitch" (Nº 26).

bre a própria tragédia dos que migravam, ao custo de poderosos processos de desenraizamento, perdas pessoais, angústia da grande cidade, discriminação antibaiana, guetos nordestinos. Um rico processo social deu a volta por cima, de tal modo que dos guetos nordestinos do ABC paulista saiu o mais importante movimento sindical e político do Brasil nos últimos quarenta anos. O réquiem da velha questão nordestina tocou para todos, executantes, maestro, ouvintes. Sem forçar os termos, o novo é a "questão brasileira".

---

Novos estudos  
CEBRAP  
Nº 27, julho de 1990  
pp. 67-92

---